



AASPT

**ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL
DA PORTUGAL TELECOM**



**RELATÓRIO E CONTAS
2022**



Mensagem do Presidente

Caros Associados,

O ano de 2022 foi marcado pela retoma e redução das preocupações com a pandemia por Covid 19, mas mantendo sempre o foco na saúde e na segurança das equipas e dos utentes.

Contudo, deflagrou a guerra da Ucrânia e a alta inflação desta decorrente, teve impacto transversal em diversos sectores e com efeitos a todos os níveis, trazendo assim novos desafios à Instituição.

Neste contexto, a Direção e as Equipas da AASPT mobilizaram-se no sentido da resiliência em ambientes de cada vez maior incerteza, tendo-se verificado o crescimento da prestação de serviços da Unidade de Internamento, da Fisioterapia e do Lar e, por conseguinte, o aumento do número de utentes e o aumento das receitas. A cooperação também cresceu em termos de angariação de donativos e do aumento de Associados e das respetivas quotas.

A que acresce o rigoroso controlo de custos, a adaptação das escalas de serviços e a negociação de contratos com fornecedores/prestadores, tudo conjugado, permitiu a melhoria dos resultados da Associação, o que foi conseguido graças a um esforço integrado e ao empenho de todos os que colaboram e trabalham com a AASPT, cujos contributos foram valorizados.

O relatório de contas que se apresenta reflecte este crescimento, este reforço e reorganização e deixa patentes os esforços organizacionais levados a cabo pela Direção da AASPT, a cujos membros agradeço todo o empenho e dedicação, em prol do equilíbrio financeiro das contas. Conseguiu-se uma notória recuperação em relação aos resultados líquidos negativos do ano anterior, tendo o resultado líquido sido positivo em 2022.

Cumprindo o principal objeto da Associação, continuamos empenhados em assegurar a melhoria sistemática dos cuidados diários aos nossos utentes, bem como no aumento da qualidade dos seus alojamentos, espaços exteriores envolventes e também da sua alimentação.



De realçar a preocupação constante no incremento das atividades de terapia ocupacional e de animação e também nos cuidados de saúde (médicos, de enfermagem e fisioterapia) e no incremento dos cursos de formação e de workshops.

Para a Direção, é claro que a aposta de um serviço de qualidade não se pode dissociar da permanente preocupação com uma equipa de profissionais competentes, motivados e dedicados.

Relativamente aos associados destacamos, por um lado, o enorme compromisso para maior recrutamento e por outro, a necessidade sentida de poderem ser novamente retomados os convívios com o jantar de natal e o almoço anual que se perspetiva que venha a ser realizado em 2023.

Quanto ao património, continuamos a desenvolver estratégias de rentabilização dos espaços/lojas para arrendamento, através de uma gestão rigorosa que permita equilibrar, de alguma forma, os avultados custos da atividade da Associação agravados pelo recente aumento geral do custo de vida.

Fomos surpreendidos com o indeferimento da nossa candidatura ao PRR para ampliação do espaço/ERP e do indeferimento que recaiu sobre a constituição do novo direito de superfície, situações em relação às quais foram apresentadas reclamações e comunicações com os respetivos decisores, aguardando-se ainda decisão sobre a candidatura ao fundo ambiental

Perante o exposto, não posso deixar de agradecer a todos os nossos parceiros, começando pelos trabalhadores, pelos associados, pelas nossas equipas e pelos nossos fornecedores, pela forma como souberam superar os desafios, compreender os ajustes necessários feitos na Associação e como continuaram a honrar os compromissos que assumimos.

Uma palavra também aos nossos utentes e familiares pela manutenção e reforço da confiança na Associação e pelo apoio sempre demonstrado.

Por isso e a todos quantos nos têm prestado apoio e colaboração apresentamos os nossos agradecimentos.

O Presidente,

ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr.	Manuel Marques Barreiro	3478
1º Secretário	Dr.	Carlos Manuel Fernandes Martins	10813
2º Secretário	Dr.ª	Gina Maria Caetano Sacramento	10499

DIRECÇÃO

Presidente	Dr.	Manuel Joaquim Rodrigues	2954
Vogal	Dr.ª	Agripina Pires Marques Coelho	10041
Vogal	Eng.º	António de Matos Filipe Catarino	5029
Vogal	Dr.ª	Zélia Albino Loures Piçarra M. Silva	7211
Vogal	Dr.ª	Teresa Maria Soares Pedroso Cruz	5959
Suplente	Dr.	José António Malhado	10998

CONSELHO FISCAL

Presidente	Dr.	José Adelino Martins Vaz	4010
Vogal	Eng.º	Carlos José Rodrigues Sousa Carinhas	1316
Vogal	Dr.	João Alfredo Boavida Arriscado	1164
Suplente	D.	Miquelina do Rosário	511
Suplente	Sr.	António José Gil Morgadinho	3640
Suplente	Sr.	Joaquim Lopes Nunes Escudeiro	734

ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL
DA
PORTUGAL TELECOM



RELATÓRIO E CONTAS
DE
2022

RESUMO DA ACTIVIDADE DE 2022

[Handwritten signature]
T. Cruz
AD
[Handwritten initials]

i – O ano de 2022 foi um ano de recuperação, apresentando a AASPT um resultado líquido positivo de 26.432,77 euros que contraria a tendência de resultados negativos verificada desde 2018.

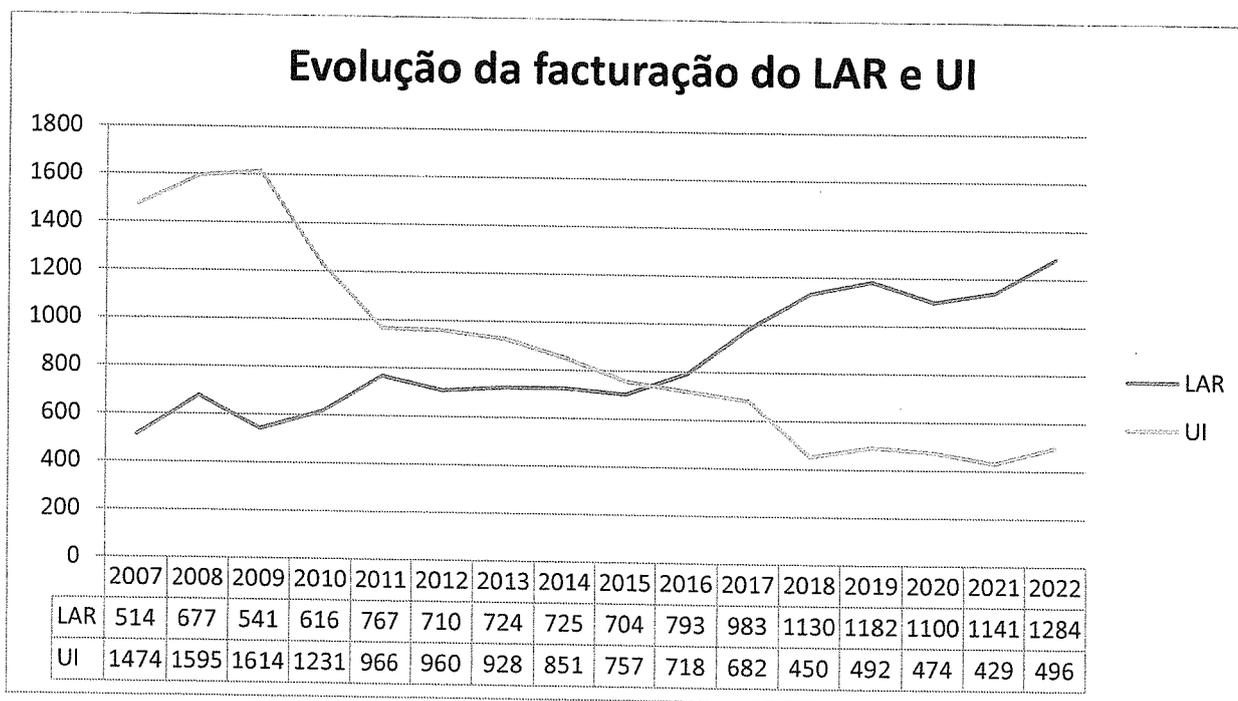
Para esta melhoria contribuiu um melhor desempenho da Atividade da AASPT que se refletiu num grande aumento no valor das Vendas e Prestação de Serviços. Esta melhoria mais que compensou os aumentos de custos verificados nas rúbricas de Fornecimentos e Serviços Externos e de Gastos com o Pessoal.

ii – Os proveitos das VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS resultantes da actividade tiveram um aumento bastante significativo relativamente aos de 2021 (+245,8m€), que correspondeu a um aumento percentual de 13,9%.

Todas as actividades desta rúbrica apresentaram desvios positivos relativamente aos valores do ano de 2021, verificando-se um acréscimo de 143,4 m€ no Lar, de 66,9 m€ na UI, de 15,4 m€ na Fisioterapia e de 34,3 m€ nas quotizações.

iii – Na rubrica OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS verificou-se um acréscimo de 29,5 m€. Para essa melhoria contribuíram essencialmente os acréscimos verificados nas rúbricas de RENDAS - Arrendamento da loja na Av. Duque Loulé (+9 m€), nos DESCONTOS S/ PAGAMENTOS (+6,9 m€), e na RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS (+12,8 m€).

iv – O ajustamento dos preços praticados na UI, aliado ao substancial aumento na ocupação média que passou de 46,6% em 2021 para 59,8% em 2022, levou a um aumento dos proveitos de 66,9 m€ (+15,6%) em relação a 2021.



v – A ocupação do LAR aumentou tendo atingido os 98 %, verificando-se assim uma subida em relação ao período homólogo em que a taxa de ocupação foi de 90%.

O acréscimo dos proveitos verificado nesta rúbrica (143,4 m€) resultou também dos ajustamentos feitos nos preços das mensalidades.

Nesta valência LAR, tem vindo a verificar-se progressivamente um agravamento das condições de saúde e grau de autonomia dos utentes, com reflexo no aumento dos custos de funcionamento, em particular na

Handwritten signatures and initials: "Tang", "AD", "Acy".

necessidade de mais apoio de enfermeiros e médicos. Este agravamento resulta não só do envelhecimento dos utentes mais antigos como também de os novos utentes procurarem o LAR em piores condições físicas. A evolução do grau de dependência dos utentes à entrada relativamente à situação nos 70 residentes no LAR em dezembro de 2022 foi a seguinte:

Grau de dependência a 31/12/2022	Número	%
Autónomos	9	12,86
Dependência moderada	15	21,43
Dependentes	24	34,28
Totalmente dependentes	22	31,43
TOTAL	70	100,00

Grau de dependência à entrada	Número	%
Autónomos	15	21,43
Dependência moderada	26	37,14
Dependentes	22	31,43
Totalmente dependentes	7	10,00
TOTAL	70	100,00

vi – Apesar da política de contenção dos CUSTOS houve um acréscimo no valor dos FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS relativamente ao ano de 2021 de 84,7m€ (+9,8%).

Para este aumento contribuíram essencialmente as rubricas de HONORÁRIOS (+16,9m€), ENERGIA E FLUÍDOS (+63m€) e ALIMENTAÇÃO (+23m€). Verificou-se um decréscimo significativo nas rubricas GASES HOSPITALARES (-14,1m€) e LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO - Serviços de Lavandaria (-16,1M€).

vii – O agravamento verificado na rubrica de CUSTOS COM O PESSOAL decorre essencialmente do efeito decorrente da actualização da RMMG-Retribuição mínima mensal garantida.

Também a aplicação legal dos níveis de vencimento para as diferentes categorias existentes na AASPT, conforme o ACT em vigor, determinou também um aumento considerável nos custos com pessoal.

Estes dois factores conjugados com o necessário aumento no número de funcionários resultante do acréscimo de actividade verificado, resultaram num acréscimo no valor deste tipo de custo de 68,5 m€ (+7%).

Ao considerarmos o custo dos HONORÁRIOS pagos aos prestadores de serviço (300m€) e dos CUSTOS COM O PESSOAL (1.048 m€) o valor total dos RECURSOS HUMANOS atinge o valor de 1.348 m€, o que corresponde a cerca de 67% do valor das VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, isto significa que cerca de 2/3 dos proveitos são para o encargo com recursos humanos.

viii – A 31 de dezembro de 2022 a AASPT contava com o seguinte número de funcionários por funções:

- Sem termo e a termo incerto

Auxiliares serviços gerais	12
Auxiliar Ação médica	6
Administrativas	3
Coordenadores	5
Ajudantes de acção direta	35
Fisioterapeutas	3
Ajudante técnico de fisioterapia	2
Terapia ocupacional	2
Ajudante técnico terapia ocupacional	2
Enfermeiros	2

- Prestadores de serviços

Médicos	4
Médico fisiatra	1
Enfermeiros	11
Auxiliar Ação Médica	5
Terapeuta da fala	1
Serviços informáticos	1
Serviços manutenção	2

5
Tang
Ad
AM

ix - Realizaram-se no Centro Social de Santo António diversas acções no sentido de proporcionar aos nossos utentes do LAR uma estadia mais agradável.

Destacam-se duas festas temáticas alusivas ao Brasil e a África, uma acção de sensibilização dinamizada pela organização IRA-Intervenção e Resgate Animal, interacção com jovens voluntários promovida pela Fundação PT, festa de Aniversário da AASPT (25 de Fevereiro), festa de convívio nos Santos Populares, um magusto de São Martinho, festa e Ceia de Natal e festa de final de ano.

Foi adquirida uma solução tecnológica adaptada aos mais idosos, SIOSLIFE, que permite aos utentes o acesso a conteúdos adaptados às preferências e necessidades de cada um, (músicas, filmes, jogos de treino cognitivo, etc) bem como o contacto com familiares e amigos através de aplicações simplificadas (videochamadas, mensagens, partilha de fotos, etc).

x - Pudemos contar, por parte da Altice com um subsídio destinado a participar nos custos de conservação a realizar na AASPT e na aquisição de equipamentos, para melhoria das condições de conforto dos residentes do LAR.

Os custos da Ceia de Natal dos Associados foram também comparticipados pela Altice tendo a mesma subsidiado ainda os custos das nossas telecomunicações.

A AASPT, em nome de todos os Associados, e junto da Administração da Altice, desde já expressa o seu agradecimento pelos contributos doados.

xi - A AASPT agradece também aos seus fornecedores as boas relações que tem sido possível manter, garantindo os fornecimentos necessários à prossecução da sua actividade.

xii - A actividade da AASPT não poderia ser mantida nos níveis de qualidade e bons serviços sem o esforço, dedicação e empenho dos seus colaboradores, pelo que fica aqui expresso o profundo agradecimento pelo seu trabalho e desempenho em cada uma das funções.

xiii - A AASPT conseguiu uma recuperação histórica dos resultados. Os RESULTADOS OPERACIONAIS (EBITDA) atingiram o valor de 173,9 m€, o que representa, relativamente ao período homólogo, uma melhoria de 129m€.

Quanto ao RESULTADO LÍQUIDO verificou-se uma recuperação superior a 124% passando de -106,8m€ para +26,4m€.

INVESTIMENTO

INVESTIMENTOS

Handwritten notes and signatures:
↑
Kuy
Ad
Ar()

Os INVESTIMENTOS realizados em 2022 ascenderam a 5.691,1 euros, limitados à rúbrica de EQUIPAMENTO BÁSICO (ex: fardamentos para as Unidades de Lar e de Internamento).

Este valor é, tal como no ano de 2021, substancialmente inferior ao verificado nos anos anteriores.

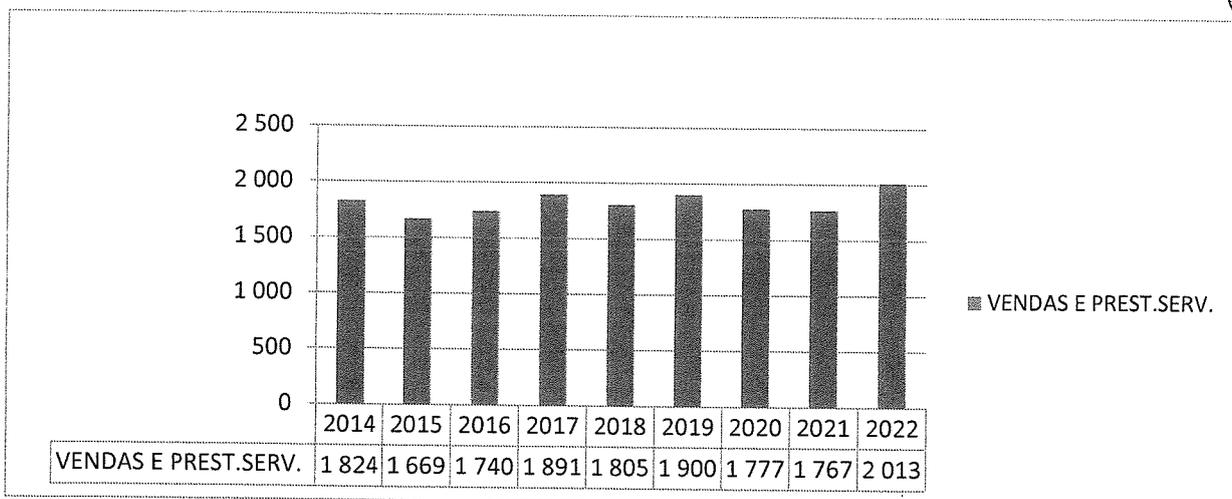


RELATÓRIO
DA
GESTÃO

1 – PROVEITOS DA ACTIVIDADE

Handwritten notes:
↑
Kings
P. Ab
Paul

1.1 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



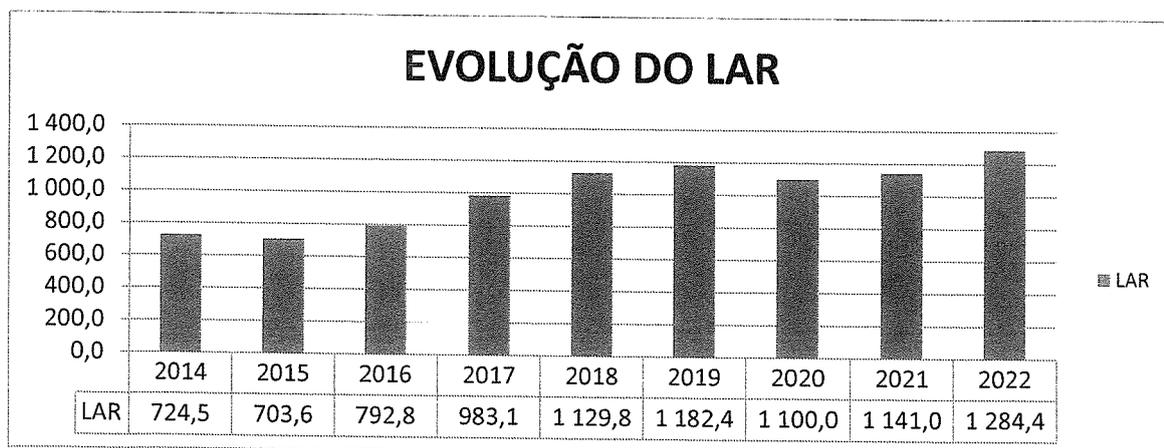
Globalmente verificou-se nas VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS um aumento de 245,8m€ (+13,9%), tendo-se o mesmo verificado em todas as rúbricas.

O LAR e a UI continuam a ser os principais contribuintes dos proveitos.

	(m€)		
	2022	2021	Difª
LAR	1 284,40	1 141,00	143,40
UI	496,1	429,1	67,00
MFR	64,9	49,5	15,40
QUOTIZAÇÕES	183,2	148,9	34,30

1.2 – EVOLUÇÃO DA FACTURAÇÃO POR VALÊNCIA

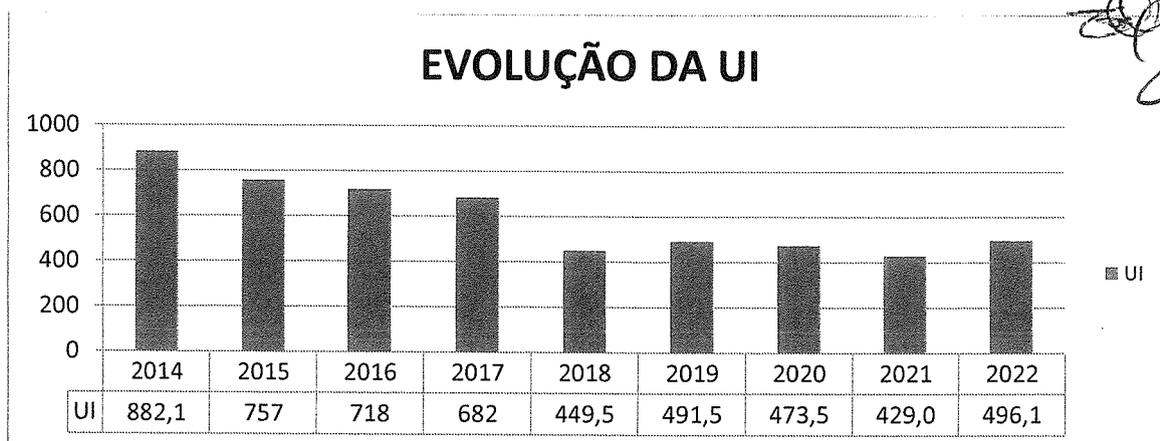
1.2.1 – LAR



No LAR verificou-se um aumento na taxa de ocupação, passando de 90% em 2021 para 98% em 2022. Este aumento, conjugado com o ajustamento feito nos valores das mensalidades, traduziu-se num acréscimo de receita relativamente ao período homólogo de 143,4m€ (12,6%).

1.2.2 – UNIDADE DE INTERNAMENTO (UI)

Handwritten signature and initials in the top right corner.

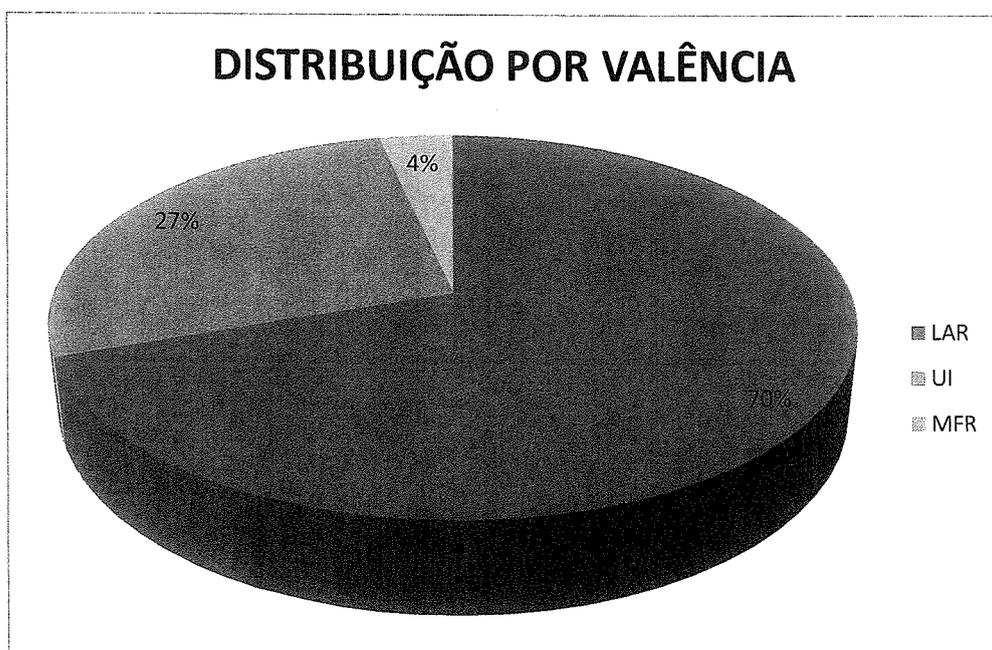


A taxa ocupação da UI subiu de 46,6% para 59,78%. A UI foi criada para dar resposta aos dois grandes clientes que são a Médís e a Multicare. Em 2022 os doentes oriundos destas duas seguradoras contribuíram com uma ocupação de 38,5%. Também aqui foram efectuados ajustamentos nos valores das mensalidades.

Em 2022 a contribuição dos PARTICULARES/Sócios atingiu o valor de 2.118 dias (21,01%) equivalendo a um acréscimo em relação a 2021 de 62,6%. O conjunto dos dois particulares equivaleu a 21,31%, superior à percentagem de utentes da Multicare (14,86%).

	2022	2021
MEDIS	23,61%	17,99%
MULTICARE	14,86%	12,48%
PARTICULARES/Sócios	21,01%	15,07%
PARTICULARES	0,30%	1,12%

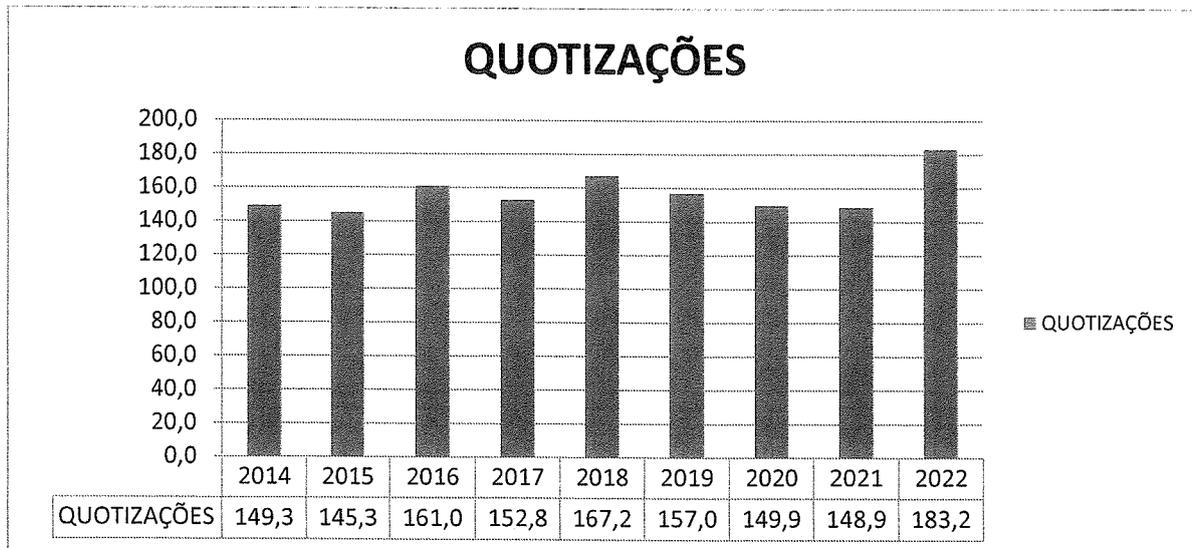
1.2.3 – DISTRIBUIÇÃO DA FACTURAÇÃO POR VALÊNCIAS



h/ Taus
AG
And

A distribuição por valência manteve-se aproximadamente igual à do ano de 2021. O LAR contribuiu com cerca de 70% da receita (1.284,4m€), a UI com 27% (496,1m€) e a MFR continua com um valor residual de 4% (64,9m€).

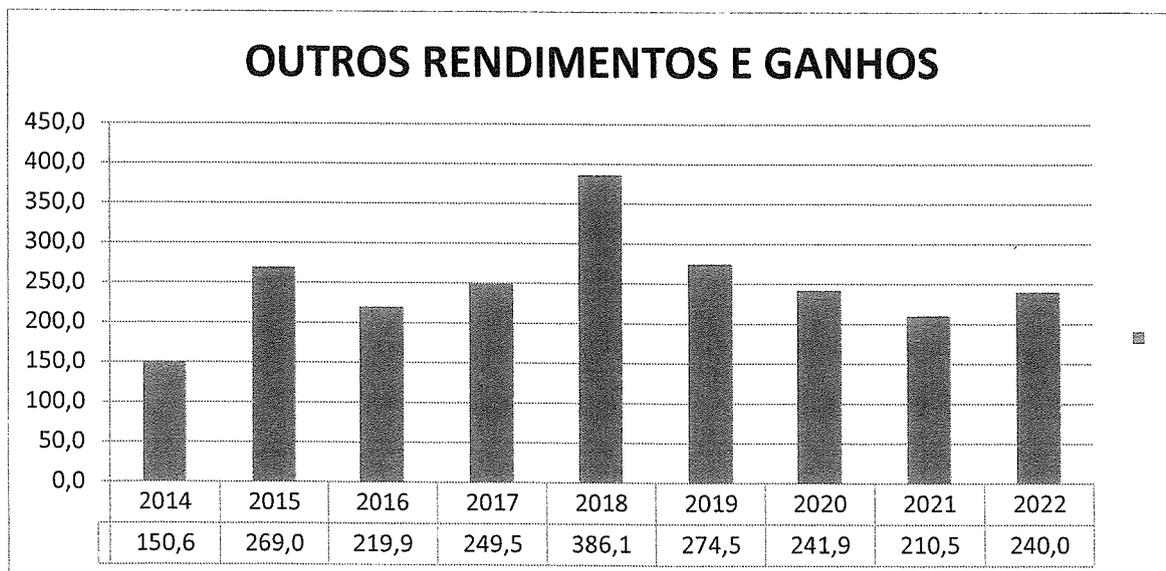
1.3 – QUOTIZAÇÕES



O valor das quotizações foi superior ao do período homólogo em 34,3m€ (+23%).

A 31 de Dezembro o número de sócios activos era de 3.828.

1.4 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS



Verificou-se nesta rubrica um acréscimo de 29,5m€ relativamente ao ano de 2021. Este desvio deveu-se principalmente a um aumento na RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS (+12,8m€), nas RENDAS DA AV. DUQUE DE LOULÉ (+9m€) e nos DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO (6,9m€).

Handwritten signature and initials: "Tung" and "EAD (Pur)"

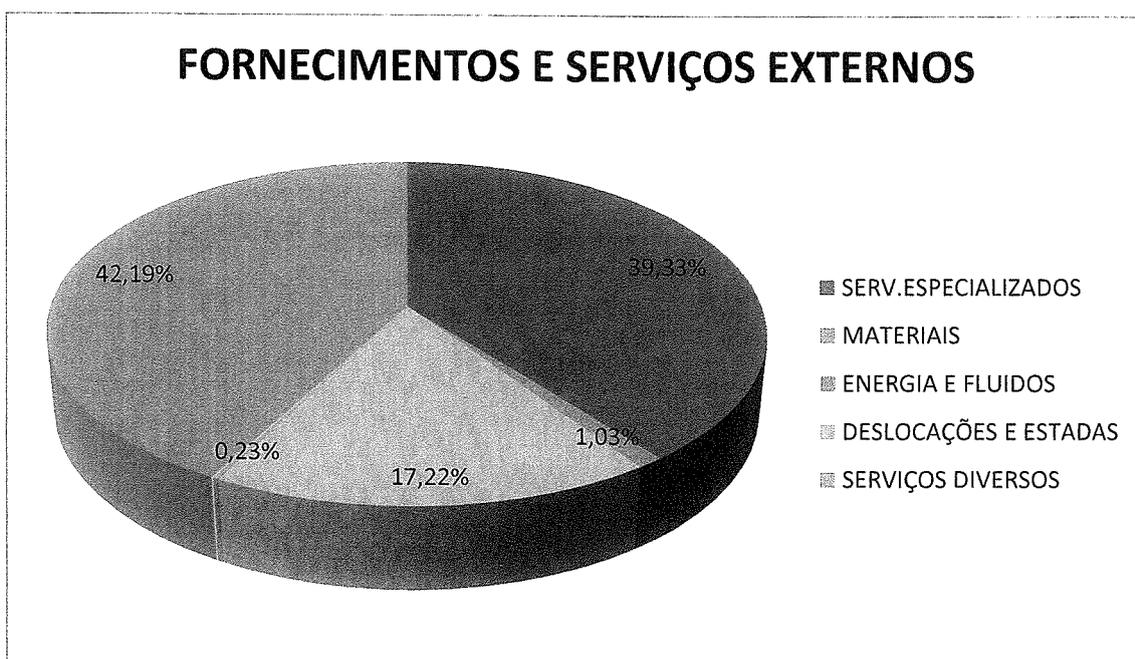
2 – CUSTOS DA ATIVIDADE

2.1 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Esta rubrica apresentou um valor de 138m€ havendo um decréscimo de 7,5m€ relativamente ao ano de 2021 (-5,2%).

2.2 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O valor da rubrica de FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS foi de 946,2m€, verificando-se um aumento de 84,7m€ relativamente ao período homólogo (+9,8%).



Os SERVIÇOS ESPECIALIZADOS e os SERVIÇOS DIVERSOS contribuem com 81,5% do total destes custos.

De realçar que a rubrica de ENERGIA E FLUIDOS teve um acréscimo de 63% relativamente ao período homólogo, apresentando um valor de 162,9m€ face aos 99,9m€ verificados em 2021.

Este aumento deveu-se à grande subida dos preços da energia, tendo-se registado um acréscimo de 12,1m€ (+39%) no valor da ELETRICIDADE e um aumento de 49,1m€ no valor do GÁS, sendo que este valor mais do que duplicou, passando de 32,4m€ em 2021 para 81,6m€ em 2022 (+151%).

2.2.1 – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Handwritten notes:
 6
 Tuz
 AD
 (Pul)



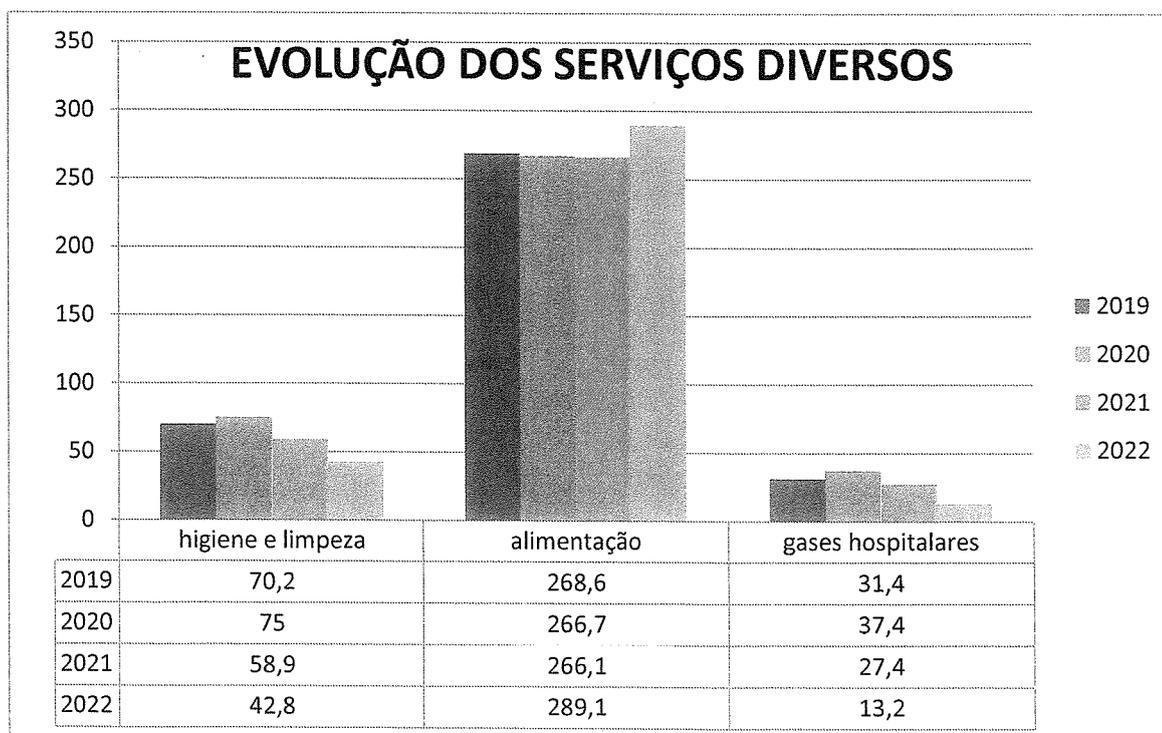
Em relação a 2021 verificou-se um acréscimo de 17,5m€ (+4,9%).

Nestes custos a rubrica HONORÁRIOS corresponde a cerca de 80,6% do total de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS e destes 75% dizem respeito a honorários de médicos e enfermeiros.

2.2.2 – SERVIÇOS DIVERSOS

O valor destes serviços foi de 399,2m€, não se verificando alteração significativa relativamente ao período homólogo.

As principais componentes destes custos são HIGIENE E LIMPEZA (42,8m€), ALIMENTAÇÃO (289,1m€) e GASES HOSPITALARES (13,3m€), estas três rubricas equivalem a 86,4% do total.



De salientar uma aumento significativo na ALIMENTAÇÃO (+8,7%) resultante do aumento da actividade e um decréscimo da HIGIENE E LIMPEZA (-27,4%) e dos GASES HOSPITALARES por renegociação do contrato (-51,6%).

Tung AD
[Signature]

2.3 – CUSTOS COM OS RECURSOS HUMANOS

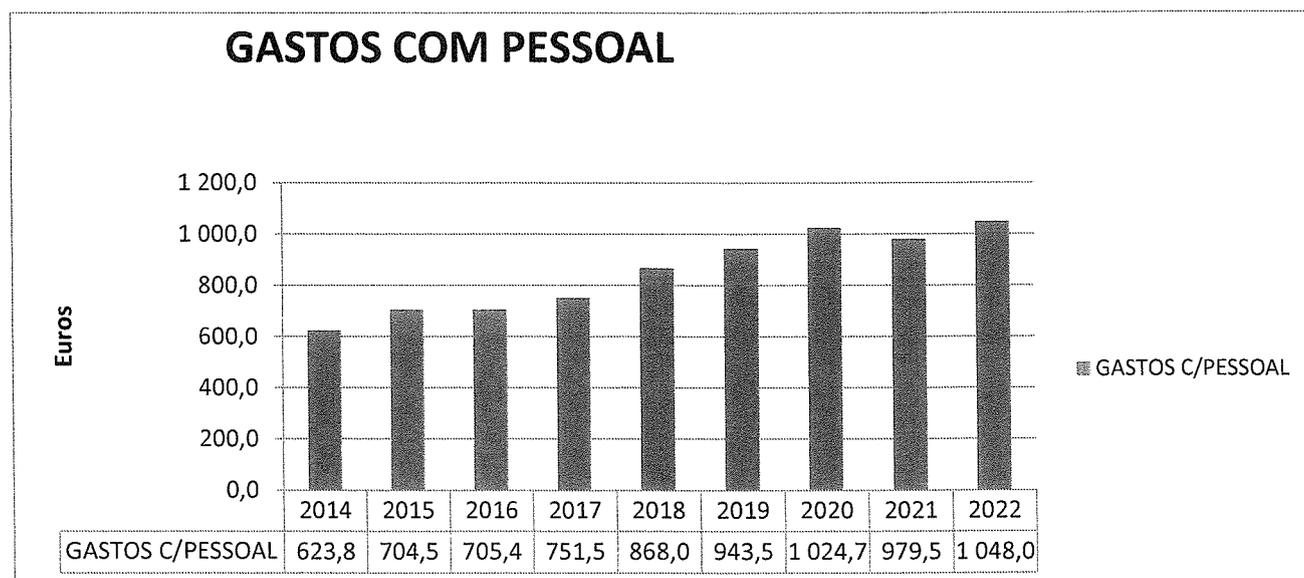
2.3.1 – HONORÁRIOS

O valor desta rúbrica foi de 300 m€ com a seguinte distribuição:

	(m€)	
	2022	2021
Médicos	85,20	89,50
Enfermeiros	140,70	131,00
Auxiliar de ação médica	31,00	16,50
Apoio à gestão	26,40	26,10
Outros	16,70	20,00

Registou-se um aumento de 16,9m€ relativamente ao ano de 2021.

2.3.2 – GASTOS COM O PESSOAL



Houve um acréscimo nos Gastos com o Pessoal de 68,5m€ (+7%). Como já referido, este acréscimo deveu-se ao efeito conjugado do aumento do número de funcionários com o acréscimo resultante da actualização da RMMG-Retribuição mínima mensal garantida.

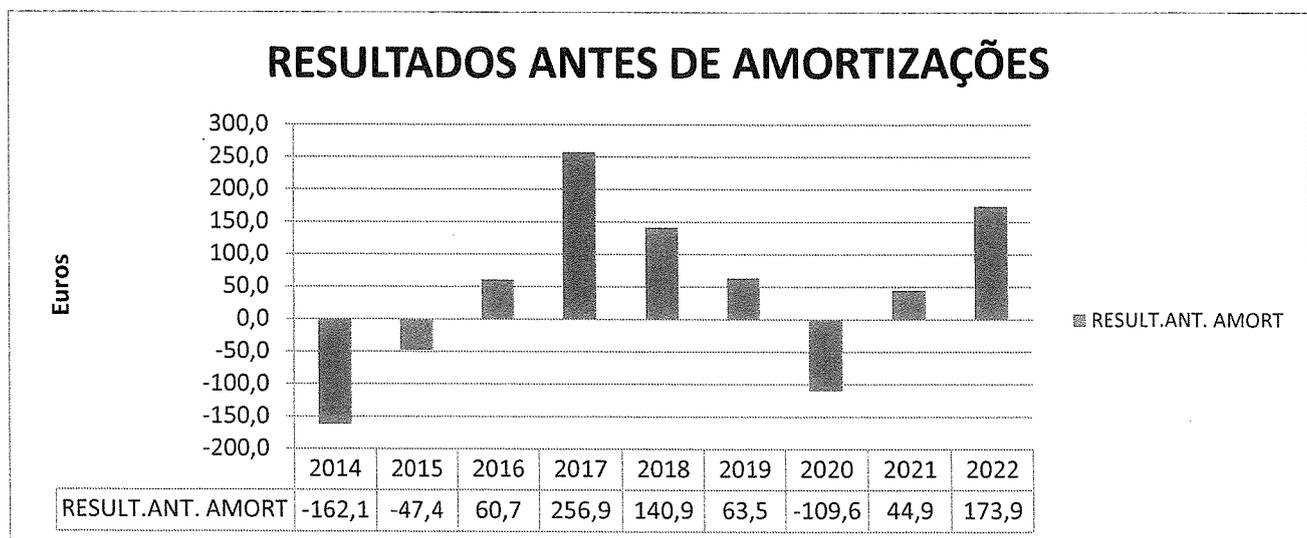
2.3.3 – ENCARGOS COM RECURSOS HUMANOS - Inclui as rúbricas de GASTOS COM O PESSOAL e HONORÁRIOS.



Handwritten notes and signatures:
 ✓
 J. Cruz
 AD
 A. Silva

3 - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

3.1 - RESULTADOS ANTES DE AMORTIZAÇÕES



Os RESULTADOS OPERACIONAIS (EBITDA) atingiram o valor de 173,9 m€, o que representa, relativamente ao período homólogo, uma melhoria de 129m€.

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - Período findo em 31.12.22

Rendimentos e Gastos	Notas	31.12.22	31.12.21
Vendas e serviços prestados	4.2 e 10.1	2 035 214,23	1 783 851,43
Subsídios, doações e legados à exploração	4.2 e 12	66 324,87	44 598,56
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.2 e 9	-138 001,01	-145 527,02
Fornecimentos e serviços externos	18.3	-946 224,36	-861 539,47
Gastos com o pessoal	4.2 e 16	-1 047 957,99	-979 477,81
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		1 473,61	1 440,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidade (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / Reduções de justo valor		-278,06	-344,68
Outros rendimentos e ganhos	10,2	240 341,13	211 122,45
Outros gastos e perdas		-37 017,22	-9 251,46
Resultado antes de depreciações, gastos de financ.e impostos		173 875,20	44 872,00
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4.2 e 5	-147 442,43	-151 686,18
Resultado operacional antes de gastos de financ. Impostos		26 432,77	-106 814,18
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		26 432,77	-106 814,18
Impostos sobre o rendimento do período	14	0,00	0,00
Resultado líquido do período		26 432,77	-106 814,18

Contabilista Certificado

Martins da Clara

113818815

19879

Direção

[Handwritten signature]
 Agente de Contas e Gestão Financeira
 Teresa Maria Soares de Almeida
[Handwritten signature]

Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

BALANÇO em 31 / 12 / 2022

Valores em Euro

Rubricas	Notas	31/12/22	31/12/21
ATIVO			
Ativo não corrente			
	4.2 e 5	3 183 320,13	3 337 355,71
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	4.2 e 6	12 285,06	0,00
Investimentos financeiros		5 077,24	3 911,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Subtotal		3 200 682,43	3 341 266,75
Ativo corrente			
Inventários	4.2 e 9	9 400,00	8 264,29
Clientes	4.2 e 15.1	163 756,83	152 886,27
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	4.2 e 15.2	153 820,98	120 675,18
Diferimentos		6 303,48	5 681,84
Outros ativos financeiros	4.2	0,00	20 202,00
Caixa e depósitos bancários	4.2	363 382,56	306 256,01
Subtotal		696 663,85	613 965,59
Total do ativo		3 897 346,28	3 955 232,34
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	18.1	25 176,86	25 176,86
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	18.1	178 626,81	307 714,94
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	18.1	3 189 913,28	3 337 355,71
Subtotal		3 393 716,95	3 670 247,51
Resultado líquido do exercício	18.1	26 432,77	-106 814,18
Total do fundo de capital		3 420 149,72	3 563 433,33
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	4.2 e 15.3	235 626,12	201 005,44
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	18.2	28 775,83	25 901,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		26 598,00	0,00
Outras contas a pagar	4.2 e 15.4	186 196,61	164 892,50
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		477 196,56	391 799,01
Total do Passivo		477 196,56	391 799,01
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 897 346,28	3 955 232,34

Contabilista Certificado

Martins da Gra

113818815

19879

Direção

Associação de Apoio Social da Portugal Telecom
 Teresa Sousa
 Presidente
 João Paulo
 Diretor

Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Período findo em 31.12.22 e 31.12.21

Valores expressos em Euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método dir Indireto			
Recebimentos de clientes e utentes		2 024 343,67	1 606 535,20
Recebimentos/Pagamento de subsídios		26 324,87	24 598,56
Pagamento de apoios		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-1 043 397,90	-802 258,02
Pagamentos ao pessoal		-1 032 925,33	-963 363,81
Caixa geradas pelas operações		-25 654,69	-134 488,07
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos		70 031,13	80 298,18
Fluxos das atividades operacionais (1)		44 376,44	-54 189,89
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-7 838,94	-3 918,89
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		387,05	619,30
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das atividades de investimento (2)		-7 451,89	-3 299,59
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		36 924,55	-57 489,48
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.2	326 458,01	383 947,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.2	363 382,56	326 458,01

Contabilista Certificado

Martins da Clara

113818815

19879

Direção

[Handwritten signature]
 Associação de Apoio Social Portugal Telecom
 Teresa Soares Pedrosa
 (Assinatura)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATROMONIAIS NO PERÍODO 2022

Descrição	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos participantes da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos patrimoniais
		FUNDOS	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de reavaliação	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido no período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		25 176,86	0,00	0,00	307 714,94	0,00	3 337 355,71	-106 814,18	3 563 433,33	3 563 433,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização									0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações									0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital									0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido (2)		0,00	0,00	0,00	-129 088,13	-147 442,43	106 814,18	-169 716,38	-169 716,38	-169 716,38
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)					178 626,81	0,00	106 814,18	26 432,77	26 432,77	26 432,77
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)							0,00	0,00	-143 283,61	-143 283,61
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 6= (1)+(2)+(3)+(4) (5)		25 176,86	0,00	0,00	178 626,81	0,00	3 189 913,28	26 432,77	3 420 149,72	3 420 149,72

Contabilista Certificado

Martina da Clasen

113818815

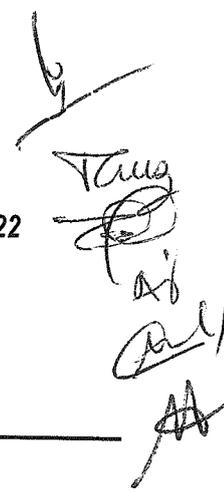
19879

Direção

[Handwritten signatures and notes]
 AS...
 T...
 A...

Associação de Apoios Social da Portugal Telecom

Anexo às demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022



1. Identificação da entidade

A **Associação de Apoio Social da Portugal Telecom** (referida neste documento como AASPT ou Associação) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede na Rua Engenheiro Ferreira Dias, S/N – Lisboa.

A sua atividade tem como principais objetivos a defesa e proteção dos interesses sócio - económicos dos seus associados, complementares aos esquemas oficiais de proteção social, junto das entidades oficiais.

Os órgãos sociais definidos pelos Estatutos, são a Assembleia Geral, Direção e o Conselho Fiscal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com as disposições que integram o **Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo**, reguladas pelos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março (Sistema de Normalização Contabilística para entidades do sector não lucrativo),
- Portaria nº 105/2011, de 10 de março (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria nº 106/2011, de 10 de março (Código de Contas);
- Aviso nº 6726-B/2011, de 10 de março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo).

2.2. As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da AASPT, para um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria nº 105/2011, de 10 de março, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

3. Principais políticas contabilísticas

Handwritten signatures and initials:
V. T. ... AS
A. ...
A. ...

3.1. Bases da apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas a que seguidamente referiremos, as quais foram aplicadas de forma consistente, salvo indicação em contrário.

- **Continuidade** - No pressuposto que continuará a desenvolver as suas atividades operativas, assumindo que não há intenção, nem necessidade de reduzir ou extinguir o nível das mesmas. Os eventos ocorridos após a data de relato que possam afetar o valor dos ativos e passivos à data de relato são considerados nas demonstrações financeiras. Caso esses eventos sejam significativos são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.
- **Regime da periodização económica (acrécimo)** - A Associação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”, por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”;
- **Materialidade e agregação** - As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Associação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras;
- **Compensação** - Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento e vice-versa;
- **Comparabilidade** - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras do exercício precedente.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

4.1 Bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de molde a permitir uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira o seu desempenho financeiro e dos seus fluxos de caixa.

Quando ocorrem alterações significativas, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que estão na sua base, estas situações encontram-se devidamente explanadas e justificadas neste Anexo, proporcionando desta forma informação adequada para os leitores das demonstrações financeiras (eventos subsequentes).

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

As principais políticas e estimativas contabilísticas adotadas encontram-se descritas seguidamente.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente mensurados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade.

O custo de compra corresponde ao preço de compra do ativo, o qual inclui as despesas diretamente imputáveis ao processo de aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condição de utilização, deduzidos de descontos comerciais.

Quando os ativos tangíveis são adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao custo do valor recebido ou, na sua falta, ao respetivo valor de mercado.

Os custos subsequentes incorridos com as grandes reparações e beneficiações de ativos tangíveis são incluídos na quantia escriturada do bem na condição de ocorrer um aumento da vida útil ou a capacidade de gerar benefícios económicos futuros para a Associação e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenções e reparações de natureza corrente (exemplo: assistência técnica) são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os principais ativos fixos tangíveis constam do quadro abaixo:

	Anos
Edifícios e outras construções	12 a 50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos tangíveis	5 a 12

Sempre que existam indícios de imparidade é procedimento proceder à análise desta situação. A quantia escriturada do ativo é reduzida para a quantia recuperável quando esta for menor do que aquela. A redução é considerada uma perda por imparidade que deve ser reconhecida nos resultados. Caso as condições que estão na base da imparidade se alterem, efetua-se a reversão da mesma, com reflexos no aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e reconhecida em resultados.

Um ativo é desreconhecido na data de alienação que pode ocorrer designadamente por abate ou venda. Os ganhos ou perdas provenientes de abate ou alienação são apurados pela diferença entre os rendimentos (preço de venda) e a quantia escriturada do ativo e reconhecidas nos resultados dentro do período em ocorrem esses eventos. (abate ou alienação).

Ativos Intangíveis

São registados ao custo deduzido de amortizações e de eventuais perdas de imparidade. As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada.

Locações

São classificadas como financeiras sempre que as condições acordadas transferem significativamente os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário.

As restantes locações são classificadas como operacionais, tendo sempre em consideração a substância e não a forma do contrato.

Financiamentos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos no passivo ao custo amortizado. As eventuais despesas incorridas com a obtenção dos financiamentos, designadamente comissões bancárias, imposto selo, assim como encargos com juros são reconhecidos ao longo do período contratualizado.

Inventários

São reconhecidos ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas suportadas com a sua aquisição. Posteriormente são valorizados ao menor do custo de aquisição ou o valor realizável líquido. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

À data de relato financeiro, são ajustados por imparidades sempre que os materiais ou produtos ultrapassem o prazo de validade ou deixem ser aplicáveis na atividade operacional.

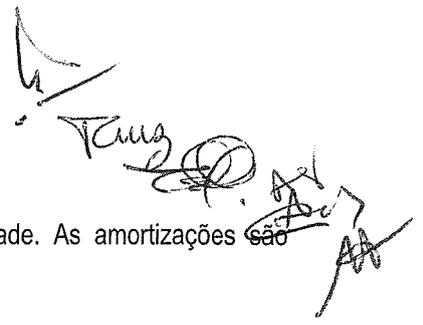
Rendimentos

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou a entrega de um bem em troca de receber um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço prestado. O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Se retribuição recebida for em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor à quantia de caixa ou equivalente de caixa a receber. Se a retribuição for diferida no tempo, o justo valor pode ser menor que o valor nominal (taxa de desconto).

Os rendimentos da Associação compreendem essencialmente transações com contraprestação, as quais são consubstanciadas em prestação de serviços, líquida de eventuais descontos. Pela importância, destacam-se os serviços prestados no âmbito de ação social em Lar, prestação de cuidados de saúde em regime de Internamento e de Medicina física e reabilitação. Os rendimentos de serviços de Lar e de prestação de serviços de saúde são reconhecidos numa base mensal e em função dos períodos de permanência e dos serviços prestados.

Fazem ainda parte dos rendimentos as quotizações recebidas dos associados.

No final de cada ano, ao rendimento reconhecido das quotizações cobradas, é ainda acrescido de uma estimativa dos valores em dívida que se espera cobrar no ano seguinte.



Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente se verifica as seguintes condições:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- For provável a exigência de uma saída de fluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço da obrigação;
- Ser possível uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

A provisão é mensurada pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação presente à data do relato. O valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro da demonstração de resultados.

Quanto se estiver perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. Contudo, deve ser divulgado em anexo às demonstrações financeiras. Além disso, devem ser regularmente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos se verifica. Caso afirmativo, devem ser constituídas as respetivas provisões.

No que se refere aos ativos contingentes não devem ser reconhecidos. A sua avaliação deve ser avaliada com regularidade. Se se confirmar a obtenção de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço e for possível de ser mensurado com fiabilidade, o procedimento deve ser o de se reconhecer o ativo e o rendimento relacionado.

Subsídios e outros apoios obtidos

Estes tipos de benefícios, incluindo os não monetários, só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições que lhes estão associados e que irão ser recebidos.

Os subsídios e doações não reembolsáveis associados a ativos são reconhecidos inicialmente na conta de "Outras variações nos fundos patrimoniais" pertencente à rubrica de "Fundos patrimoniais", sendo posteriormente imputados sistematicamente como rendimentos, de molde que sejam balanceados com os gastos de depreciação dos ativos a que estão relacionados.

Os subsídios e doações destinados à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração de resultados no mesmo período em que ocorrem os gastos com o desenvolvimento das atividades associadas aos fins estatutários.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos financeiros.

Instrumentos financeiros

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando a entidade se torne parte de um contrato do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, O justo valor das dívidas de terceiros da Associação não difere do seu valor nominal.

Cientes, Utentes e outras dívidas a receber

As contas a receber classificadas como ativo corrente são reconhecidas pelo respetivo valor nominal (custo), deduzidas de eventuais perdas de realização estimadas (perdas por imparidade). Estas são constituídas de acordo com critérios de avaliação de riscos de cobrança, detetados no final de cada exercício e registadas por contrapartida de resultados, sendo

subsequentemente revertidas por resultados, caso se verifique em período posterior, uma redução ou reversão do montante da perda estimada.

Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica compreende os valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, como passivo corrente, ou seja, na rubrica de Financiamentos obtidos.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Constituem obrigações a pagar pela aquisição de bens e serviços, sendo reconhecidos pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes com os benefícios de curto prazo dos empregados são reconhecidas como um passivo quando o empregado presta um serviço em troca de benefícios a pagar e um gasto no momento em que a entidade usufrui os benefícios decorrentes dos serviços prestados. Os benefícios aos empregados englobem os salários, contribuições, férias, subsídios de férias e de Natal e outros abonos de natureza variável.

De acordo com a legislação laboral vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um período de 22 dias úteis de férias, assim como a um mês de subsídio de férias, sendo que este direito é adquirido no ano anterior ao seu pagamento. Neste sentido, estas responsabilidades são reconhecidas no ano em que se adquire o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, através da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos".

Imparidade

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo financeiro se encontra escriturado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade desse ativo. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável, sendo este último o mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Associação adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente sobre os acontecimentos e transações à data da preparação das Demonstrações Financeiras, assim como da experiência de situações passadas ou correntes.

Os principais juízos de valor e estimativas refletidas nas demonstrações financeiras incidem sobre as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, análise de imparidade de dívidas a receber de clientes /utentes, estimativa de férias e subsídio de

férias e respetivos encargos associados aos empregados e reconhecimento de rendimentos relacionados com as quotizações a receber de associados.

Desagregação dos valores inscritos em Caixa, Depósitos bancários e Outros ativos financeiros

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os valores inscritos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” desagregam-se da seguinte forma:

Descrição	31.12.22	31.12.21	Variação
Caixa	919,71	1 526,65	-606,94
Depósitos à ordem	57 463,59	3 501,11	53 962,48
Depósitos a prazo	304 999,26	301 228,25	3 771,01
Outros instrumentos financeiros	0,00	20 202,00	-20 202,00
Total ...	363 382,56	326 458,01	36 924,55

Os juros obtidos referentes aos meios financeiros líquidos, nomeadamente os derivados dos depósitos a prazo, totalizaram em 2022, a quantia de 387,05 euros (2021: 619,30 euros), tendo sido registados nos resultados, ou seja, na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício de 2022, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

	Terrenos	Edifícios	Básico	Transporte	Administ.	Outros	Curso	Total
Quantia escriturada bruta inicial	58 018,17	4 769 169,78	272 078,53	93 097,42	335 332,64	453 494,81	18 426,67	5 999 618,02
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	1 565 190,41	233 405,00	93 097,42	335 332,64	435 236,84	0,00	2 662 262,31
Quantia escriturada líquida inicial	58 018,17	3 203 979,37	38 673,53	0,00	0,00	18 257,97	18 426,67	3 337 355,71
Adições	0,00	0,00	5 691,91	0,00	0,00	0,00	0,00	5 691,91
Diminuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 426,67	18 426,67
Depreciações	0,00	121 291,24	16 152,67	0,00	0,00	3 856,91	0,00	141 300,82
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia escriturada líquida final	58 018,17	3 082 688,13	28 212,77	0,00	0,00	14 401,06	0,00	3 183 320,13

Os investimentos realizados em 2022 ascenderam a 5.691,1 euros (em 2021: 2,5 mil euros), limitados à rubrica de Equipamento básico (ex: fardamentos para as Unidades de Lar e de Internamento)

6. Ativos Intangíveis

Esta rubrica respeita ao software adquirido para suporte das atividades operacionais e administrativas da Associação que se encontra totalmente amortizado.

Descrição	31.12.22	31.12.21
Quantia inicial: com vida útil finita	31 871,07	31 871,07
Amortizações acumuladas iniciais	31 871,07	31 871,07
Quantia escriturada líquida inicial	0,00	0,00
Adições	18 426,67	0,00
Diminuições	0,00	0,00
Amortizações	0,00	0,00
Quantia escriturada líquida final	18 426,67	0,00

O aumento verificado em 2022 refere-se ao projeto de arquitetura de ampliação das atuais instalações do Centro Social.

7. Locações

Em 2022 não existem contratos associados a locações financeiras

8. Financiamentos obtidos

Não existem empréstimos contraídos junto das instituições bancárias.

9. Inventários

Os inventários encontram-se mensurados e reconhecidos de acordo com as políticas contabilísticas expressas no nº 4.2 deste anexo. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi apurado do seguinte modo:

Descrição	31.12.22	31.12.21
Existência inicial	8 264,29	21 007,24
Compras	139 136,72	132 784,07
Regularizações	0,00	0,00
Existência final	9 400,00	8 264,29
CMVMC	138 001,01	145 527,02

O valor dos consumos (CMVMC), reparte-se do seguinte modo:

- Materiais de consumo aplicados na atividade assistencial: 125.663,03 euros;
- Matérias-primas e outros produtos utilizados nos bares 12.337,98 euros.

10. Rendimentos e gastos

10.1. Vendas e prestação de serviços

Os rendimentos operacionais nos exercícios de 2022 e 2021, apresentam a seguinte composição

Prestação de Serviços	31.12.22	31.12.21	Variação
Lar	1 272 709,48	1 139 911,16	132 798,32
Internamentos	492 914,12	429 119,63	63 794,49
Serviços Fisioterapia	64 892,89	49 526,40	15 366,49
Quotizações	182 750,28	148 901,72	33 848,56
Total	2 013 266,77	1 767 458,91	245 807,86

Aos rendimentos provenientes da prestação de serviços (Lar, Internamentos e Serviços de Medicina e Reabilitação) e de quotizações de associados, acresce ainda as receitas provenientes de vendas de produtos e outros artigos realizadas no bar do Centro Social, que em 2022 totalizaram 21.947,46 euros (2021: cerca de 16 mil euros). Estas vendas são efetuadas sobretudo a utentes, familiares e visitantes.

10.2. Outros rendimentos e ganhos

A composição da rubrica nos períodos findos em 31.12.22 e 31.12.21, é conforme se segue:

Designação	31.12.22	31.12.21	Variação
Serviços sociais (i)	3 459,65	3 643,85	- 184,20
Outros rendimentos suplementares (ii)	35 460,88	27 027,43	8 433,45
Descontos pronto pagamento obtidos	6 902,56	0,00	6 902,56
Reconhecimento subsídios investimento (iii)	147 442,43	15 1686,18	- 4 243,75
IRS Consignação de 0,5% (iv)	29 309,50	16 428,47	12 881,03
Correções de períodos anteriores (v)	16 158,66	7 386,06	8 772,60
Outros rendimentos	1 220,40	4 950,46	- 3 730,06
Total	239 954,08	211 122,45	28 831,63

(i) **Serviços sociais:** Compreende essencialmente as receitas de realização de cursos e fornecimento refeições a visitantes e familiares de utentes das Unidades de Lar e de Internamento;

(ii) **Outros rendimentos suplementares:** Receitas resultantes de aluguer de espaços, arrendamento de instalações e cedência de materiais de consumo clínico;

(iii) **Subsídios ao investimento:** Ver nota nº 12. A diminuição ocorrida no valor da imputação de subsídios ao investimento de 2021 para 2022 deveu-se a bens totalmente depreciados em 2021 que deixaram de ter imputação de subsídio em 2022;

(iv) **IRS Consignação de 0,5%:** Valor obtido no âmbito da consignação pelos contribuintes de 0,5% do IRS liquidado;

(v) **Correções relativas a períodos anteriores:** Justifica-se nomeadamente por rappel de compras de 2021, regularizações, relativas a consumos de energia elétrica e de cobranças de quotas de anos anteriores.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 2022 não foram efetuados movimentos associados a provisões para riscos e encargos.

Em 2021 encontrava-se em Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa litígio pendente (processo nº 23232/21.3T8LSB), instaurado por ex-colaboradores (enfermeiros) da Associação que reclamavam designadamente o pagamento de compensações por despedimento ilícito, cujos motivos e montantes permanecem na altura incertos, atendendo à fase em que se encontra o referido processo judicial.

Por acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Lisboa em 2022, foi julgado improcedente o recurso de apelação interposto pelos autores do processo judicial, mantendo e confirmando a decisão proferida em 1ª instância do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa (Juízo de Trabalho de Lisboa) que julgou improcedente a ação judicial movida.

12. Subsídios e doações à exploração

Na demonstração de resultados encontram-se reconhecidos subsídios/doações, no valor de 66.324,87 euros (2021: cerca de 45 mil euros), com a seguinte análise:

- Subsídios concedidos pela Fundação ALTICE, no valor de 60 mil euros, com a finalidade de apoiar a atividade social corrente da ASSOCIAÇÃO;
- Compensação atribuída pelo IAPMEI no valor de 4.840,80 euros, destinada a fazer face ao aumento da retribuição mínima mensal garantida;
- Donativos concedidos por empresas e particulares: 1.484,07 euros.

Relativamente aos subsídios recebidos (Fundo da ex-Caixa Previdência dos TLP) para a realização de investimentos, salienta-se que se encontram reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, ou seja, na conta de “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”, conforme determinam as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL). Este tipo de apoio financeiro é subsequentemente imputado numa base sistemática e proporcionalmente às amortizações dos ativos subsidiados, como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos mesmos. O valor imputado em 2022 à conta de resultados “Outros Rendimentos e Ganhos” ascendeu a 147.442,43 euros (2021: 151.686,18 euros).

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

10. Rendimentos e gastos

10.1. Vendas e prestação de serviços

Os rendimentos operacionais nos exercícios de 2022 e 2021, apresentam a seguinte composição

Prestação de Serviços	31.12.22	31.12.21	Variação
Lar	1 272 709,48	1 139 911,16	132 798,32
Internamentos	492 914,12	429 119,63	63 794,49
Serviços Fisioterapia	64 892,89	49 526,40	15 366,49
Quotizações	182 750,28	148 901,72	33 848,56
Total	2 013 266,77	1 767 458,91	245 807,86

Aos rendimentos provenientes da prestação de serviços (Lar, Internamentos e Serviços de Medicina e Reabilitação) e de quotizações de associados, acresce ainda as receitas provenientes de vendas de produtos e outros artigos realizadas no bar do Centro Social, que em 2022 totalizaram 21.947,46 euros (2021: cerca de 16 mil euros). Estas vendas são efetuadas sobretudo a utentes, familiares e visitantes.

10.2. Outros rendimentos e ganhos

A composição da rubrica nos períodos findos em 31.12.22 e 31.12.21, é conforme se segue:

Designação	31.12.22	31.12.21	Variação
Serviços sociais (i)	3 459,65	3 643,85	- 184,20
Outros rendimentos suplementares (ii)	35 460,88	27 027,43	8 433,45
Descontos pronto pagamento obtidos	6 902,56	0,00	6 902,56
Reconhecimento subsídios investimento (iii)	147 442,43	151 686,18	- 4 243,75
IRS Consignação de 0,5% (iv)	29 309,50	16 428,47	12 881,03
Correções de períodos anteriores	16 158,66	7 386,06	8 772,60
Outros rendimentos	1 220,40	4 950,46	- 3 730,06
Total	239 954,08	211 122,45	28 831,63

(i) **Serviços sociais:** Compreende essencialmente as receitas de realização de cursos e fornecimento refeições a visitantes e familiares de utentes das Unidades de Lar e de Internamento;

(ii) **Outros rendimentos suplementares:** Receitas resultantes de aluguer de espaços, arrendamento de instalações e cedência de materiais de consumo clínico;

(iii) **Subsídios ao investimento:** Ver nota nº 12. A diminuição ocorrida no valor da imputação de subsídios ao investimento de 2021 para 2022 deveu-se a bens totalmente depreciados em 2021 que deixaram de ter imputação de subsídio em 2022;

(iv) **IRS Consignação de 0,5%:** Valor obtido no âmbito da consignação pelos contribuintes de 0,5% do IRS liquidado;

(v) **Correções relativas a períodos anteriores:** Justifica-se nomeadamente por rappel de compras de 2021, regularizações, relativas a consumos de energia elétrica e de cobranças de quotas de anos anteriores.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

h
Tauz
AD
AR
AX

Em 2022 não foram efetuados movimentos associados a provisões para riscos e encargos.

Em 2021 encontrava-se em Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa litígio pendente (processo nº 23232/21.3T8LSB), instaurado por ex-colaboradores (enfermeiros) da Associação que reclamavam designadamente o pagamento de compensações por despedimento ilícito, cujos motivos e montantes permanecem na altura incertos, atendendo à fase em que se encontra o referido processo judicial.

Por acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Lisboa em 2022, foi julgado improcedente o recurso de apelação interposto pelos autores do processo judicial, mantendo e confirmando a decisão proferida em 1ª instância do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa (Juízo de Trabalho de Lisboa) que julgou improcedente a ação judicial movida.

12. Subsídios e doações à exploração

Na demonstração de resultados encontram-se reconhecidos subsídios/doações, no valor de 66.324,87 euros (2021: cerca de 45 mil euros), com a seguinte análise:

- Subsídios concedidos pela Fundação ALTICE, no valor de 60 mil euros, com a finalidade de apoiar a atividade social corrente da ASSOCIAÇÃO;
- Compensação atribuída pelo IAPMEI no valor de 4.840,80 euros, destinada a fazer face ao aumento da retribuição mínima mensal garantida;
- Donativos concedidos por empresas e particulares: 1.484,07 euros.

Relativamente aos subsídios recebidos (Fundo da ex-Caixa Previdência dos TLP) para a realização de investimentos, salienta-se que se encontram reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, ou seja, na conta de “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”, conforme determinam as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL). Este tipo de apoio financeiro é subsequentemente imputado numa base sistemática e proporcionalmente às amortizações dos ativos subsidiados, como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos mesmos. O valor imputado em 2021 à conta de resultados “Outros Rendimentos e Ganhos” ascendeu a 151 686,18 euros (2020: 165.801,64 euros).

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14. Imposto sobre o rendimento

Handwritten notes and signatures:
AASPT
AA

De acordo com o CIRC- Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (nº 1 do artigo 10º), estão isentas deste imposto as pessoas coletivas de utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos, ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente. Na citada legislação é ainda referido (nº 3 do artigo 10º do CIRC) que "A isenção prevista não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutário, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da lei em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominantemente, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção;
- Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeita a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4º ano posterior àquele em que tenha sido obtido;
- Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas".

Nestes termos, a AASPT encontra-se isenta de IRC, ao abrigo do artigo acima referido.

15. Instrumentos financeiros

15.1. Clientes e utentes

No exercício findo em 31.12.22 e 31.12.21, a rubrica de clientes decompunha-se do seguinte modo:

Descrição	31.12.22	31.12.21	Varição
Clientes Gerais (i)	108 185,04	83 000,75	25 184,29
Utentes Lar (ii)	77 766,44	77 096,66	669,78
Utentes Unidade Acamados (iii)	21 377,82	37 834,94	-16 457,12
Sub-total	207 329,30	197 932,35	9 396,95
Perdas por imparidades acumuladas (iv)	-43 572,47	-45 046,08	1 473,61
Total	163 756,83	152 886,27	10 870,56

(i) **Clientes gerais:** No saldo desta rubrica assume particular relevância as entidades ligadas a subsistemas de saúde (Médis: 97.277,93 euros e Multicare: 6.310,75 euros);

(ii) **Utentes Lar:** Saldos representados por dívidas de utentes da Unidade Lar;

(iii) **Utentes Unidade Acamados:** Saldos representados por valores a cobrar de utentes da Unidade Internamento;

(iv) **Perdas por imparidades acumuladas:** Imparidades constituídas para fazer face ao risco de incobrabilidade, relativo a diversos saldos de utentes das Unidades de Lar e de Acamados que se encontram vencidos com antiguidade significativa.

15.2. Outras contas a receber

Esta rubrica em 31.12.22 e 31.12.21, apresentava a seguinte composição:

Designação	31.12.22	31.12.21	Variação
Quotas (i)	6 362,59	4 371,26	1 991,33
IRS consignação 0,5% (ii)	29 849,03	36 938,02	-7 088,99
Clientes gerais (iii)	40 638,73	50 505,61	-9 866,88
Autoridade Tributária (iv)	3 752,37	3 455,89	296,48
Donativos (v)	60 000,00	20 000,00	40 000,00
Outros	13 218,26	5 404,40	7 813,86
Total	153 820,98	115 270,78	33 145,80

(i) **Quotas:** Estimativa do valor a receber dos associados que se encontrava por cobrar no final do exercício;

(ii) **IRS Consignação 0,5%:** Estimativa dos valores de Consignação de IRS a receber, relativos aos anos 2021 e 2022 a receber em 2023 e 2024;

(iii) **Clientes gerais:** Estimativa do valor dos serviços prestados em dezembro de 2022 na Unidades de Internamento a faturar no ano seguinte;

(iv) **Autoridade Tributária:** Representa basicamente o valor do IVA a recuperar das operações realizadas no decurso da atividade social da entidade, para as quais, no âmbito do regime de apoio às IPSS, há lugar a restituição do citado imposto pela aquisição de bens e serviços.

(v) **Donativos:** Valor subsídio a receber 2023 por parte da ALTICE para apoiar a atividade de 2022.

15.3. Fornecedores

Esta rubrica era representada pelas dívidas contraídas junto dos fornecedores gerais:

Descrição	31.12.22	31.12.21	Variação
Fornecedores c/c (i)	235 626,52	201 005,44	34 621,08
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00

(i) Entre os fornecedores, destaca-se a dívida relativa ao fornecimento de refeições de 2022, para os utentes das Unidades de Lar e de Internamento (111 mil euros: 47%).

15.4 Outras contas a pagar

O saldo da rubrica "Outras Contas a Pagar", em 31.12.22 no valor de 187.704,47 euros (2021: 164.892,50 euros), refere-se essencialmente às seguintes situações:

- **Provisão para férias e subsídios de férias:** Responsabilidades assumidas pela Associação, no valor de 146.803,86 euros (2021: cerca 129 mil euros), em consequência de direitos adquiridos pelo trabalho prestado pelos trabalhadores em 2022 a liquidar em 2023 (férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais);
- **Trabalhadores independentes:** Honorários de dezembro de 2022, no valor de 26.389,69 euros que foram pagos em janeiro de 2023;

[Handwritten signatures and initials]

16. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal nos exercícios de 2022 e 2021, decompõem-se pelos seguintes agregados:

Descrição	31.12.22	31.12.21	Variação
Remunerações do pessoal	849 485,43	796 046,46	53 438,97
Encargos sobre remunerações	184 839,18	170 446,26	14 392,92
Seguros acidentes no trabalho	11 529,88	10 946,59	583,29
Outros	2 103,50	2 038,50	65,00
Total	1 047 957,99	979 477,81	68 480,18

O número de efetivos com contrato de trabalho, em 31 de dezembro de 2022, é de 69 colaboradores (31.12.21: 66). As variações verificadas nas rubricas de "Remunerações do pessoal" e "Encargos sobre remunerações", decorrem fundamentalmente do efeito decorrente da atualização da RMMG - Retribuição mínima mensal garantida e de um maior número de efetivos ao serviço.

A Direção da Associação é composta por cinco elementos: um Presidente, um Vice-Presidente e de três Vogais, dos quais só os dois primeiros auferem remunerações pelo trabalho prestado. Em 2022, os valores processados e pagos a estes elementos da Direção ascenderam a 23.359,76 euros (2021: 28.711,87 euros), com a seguinte análise:

- Presidente: 21.109,76 euros;
- Vice-Presidente 2.250,00 euros.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Não aplicável.

18. Outras informações

18.1 Fundos patrimoniais

A evolução desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 comparativamente a igual período do ano anterior, traduz-se no quadro que se segue:

Descrição	31.12.22	31.12.21	Variação
Fundo social	25 176,86	25 176,86	0,00
Resultados transitados (i)	178 626,81	307 714,94	-129 088,13
Resultado líquido do exercício (ii)	26 432,77	-106 814,18	133 246,95
Outras variações nos Fundos Patrimoniais (iii)	3 189 913,28	3 337 355,71	-147 442,43
Total	3 420 149,72	3 563 433,33	-143 283,61

(i) "Resultados transitados": A diminuição verificada nesta conta, deveu-se essencialmente aos seguintes aspetos:

- Aplicação do Resultado Líquido de 2021 (negativo de 106.814,18 euros) e regularizações de saldos (22.273,95 euros);

(ii) "Resultado líquido do exercício": positivo de 26.432,77 euros. A inversão no resultado líquido face ao exercício anterior (negativo de 106.814,18 euros) resultou fundamentalmente da melhoria de desempenho das atividades relacionadas com a prestação de serviços das Unidades de Lar e Internamento (+ 212 euros) que cresceram mais do que gastos que lhes estão associados, designadamente dos FSE (nº 18.3) e de Pessoal (nº16). O aumento da receita de quotizações releva também para o resultado alcançado (+ 33 mil euros).

(iii) "Outras variações nos fundos patrimoniais": A variação (diminuição) apurada corresponde ao valor da imputação dos subsídios ao investimento: 147.422,43 euros.

18.2. Estado e Outros Entes Públicos (EOEP)

A rubrica de EOEP encontra-se representada do seguinte modo:

:

Descrição	31.12.22	31.12.21
Imposto sobre Valor Acrescentado (i)	117,12	102,21
Retenções de impostos sobre rendimentos (ii)	-9 224,51	-8 748,76
Segurança Social (ii)	-19 668,44	-17 254,52
Total	-28 775,83	-25 901,07

(i) **Imposto sobre Valor Acrescentado**: Representa o valor do imposto a recuperar das operações realizadas no decurso da atividade d bar social da entidade;

(ii) **Retenções de impostos sobre rendimentos e Segurança Social**: Valor das Retenções de IRS e das Contribuições para a Segurança Social, relativas ao mês de dezembro de 2022 pagas em janeiro de 2023.

De acordo com as certidões emitidas a AASPT não apresentava em 31.12.22 dívidas à AT – Autoridade Tributária, nem à Segurança Social.

Handwritten signatures and initials, including "AASPT" and "AA".

18.3 Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

A rubrica em referência, nos períodos findos em 31.12.22 e 31.12.21, compõe-se do seguinte modo:

Designação	31.12.22	31.12.21	Variação
Serviços especializados (i)	372 146,75	354 608,57	17 538,18
Materiais (ii)	9 703,90	7 256,81	2 447,09
Energia e fluidos (iii)	162 904,80	99 949,48	62 955,32
Deslocações, estadas e transportes (iv)	2 233,03	399,74	1 833,29
Serviços diversos (v)	399 235,88	399 324,87	-88,99
Total	946 224,36	861 539,47	84 684,89

(i) Serviços especializados: Compreende essencialmente os gastos incorridos com honorários (ex: médicos: 95 mil €; enfermeiros: 140 mil €); serviços de apoio à gestão (26 mil €); auxiliares de ação médica (31 mil €) e conservação e reparação de instalações e equipamentos (18 mil €);

(ii) Materiais: Refere-se sobretudo a gastos com as aquisições de ferramentas e utensílios e material de escritório;

(iii) Energia e fluídos: Realçam-se as aquisições associadas ao fornecimento de energia elétrica (43 mil €), combustível para as viaturas (2 mil €), consumos de água (36 mil €) e fornecimento de gás (81 mil €). A variação ocorrida justifica-se basicamente pelos aumentos dos preços do gás e da eletricidade;

(iv) Deslocações, estadas e transportes: Destacam-se os encargos decorrentes de transportes;

(v) Serviços diversos: Sobressaem os gastos com o fornecimento de refeições (289 mil €), serviços de limpeza (43 mil€), medicamentos (13 mil€) e gases hospitalares (13 mil€) e serviços lavanderia (43 mil€).

18.4 Acontecimentos após a data de relato

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a da autorização para a sua emissão não são conhecidos quaisquer eventos/acometimentos relevantes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgações nas demonstrações financeiras do período.

18.5 Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 10 de abril de 2023. Em termos dos Estatutos da Associação estão sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Associados.

Contabilista Certificado

Martim da Clara

113818815

19879

Direção

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Teresa Maria Soares de Almeida
[Handwritten signature]

N
s. k

ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA PORTUGAL TELECOM

Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento da alínea c) do artigo 44º dos Estatutos da Associação de Apoio Social da Portugal Telecom, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o Relatório e as Contas referentes ao exercício de 2022, apresentados pela Direção.

Em relação aos elementos disponibilizados pela Direção, examinamos o Relatório e Contas, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras da Associação, as quais incluem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022, (que evidencia um total de 3.897.346,28 euros e um total do fundo de capital 3.420.149,72 euros incluindo um resultado líquido de 26.432,77 euros), e a Demonstração de Resultados por Naturezas, assim como os respetivos anexos.

O Conselho Fiscal procedeu por amostragem à análise das contas, nas suas vertentes, contabilística, financeira e fiscal, com principal incidência nos seguintes aspetos:

- A sua relevância material;
- A verificação da adequabilidade dos registos contabilísticos ao plano de contas em vigor para as ESNL (entidades do sector não lucrativo);
- A confirmação dos saldos de natureza financeira, com especial enfoque nos saldos bancários;
- A verificação da conformidade do valor dos impostos e taxas relevados nas contas da Associação.

O Conselho Fiscal manifesta a sua satisfação pelo resultado positivo do exercício, fundamentalmente pela conjuntura extremamente adversa em que foi obtido, além disso quebra a série de resultados negativos iniciada em 2018.

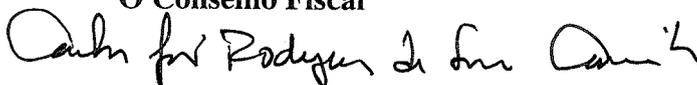
O Conselho Fiscal é da opinião que as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão apresentados pela Direção, assim como a proposta de aplicação dos

resultados, satisfazem os requisitos legais e estatutários pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral

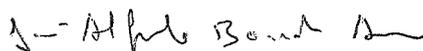
Finalmente, o Conselho Fiscal quer expressar à Direção e aos demais colaboradores da Associação o seu apreço pela colaboração que lhe prestaram no exercício das suas funções.

Lisboa, 13 de Abril de 2023.

O Conselho Fiscal



Carlos José Rodrigues de Sousa Carinhas



João Alfredo Boavida Arriscado



José Adelino Martins Vaz